REVISTA EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL & FINANÇAS
João Pessoa, v.5, n. 2, p. 1-3, mai./ago. 2017. ISSN 2318-1001
Disponível em: http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin

EDITORIAL

Caro Leitor,

Inicio este editorial com as boas-vindas aos nossos novos Editores Adjuntos, Professora Dra. Adriana Fernandes de Vasconcelos e o Professor Dr. Dimas Barreto de Queiroz.

A Professora Adriana é mestre e doutora em contabilidade pelo Programa Multi (UnB/UFPB/UFRN), tendo sido Professora de Universidades da Paraíba e de Pernambuco, com publicações e prêmios nos principais periódicos e eventos nacionais. Seu principal foco de pesquisas mais recentes está relacionado com o julgamento ético e a propensão das pessoas a praticarem denúncias de atos ilícitos no ambiente corporativo (*whistleblowing*).

O Professor Dimas também é mestre e doutor pelo Programa Multi e tem uma experiência acadêmica bem diversificada, semelhante à Professora Adriana, tendo atuado como Professor em Universidades do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí e agora na Universidade Federal da Paraíba. Suas pesquisas têm como tema central os gastos públicos brasileiros.

Assim, dando as boas-vindas aos nossos novos Editores, passo a escrever como três pessoas, desejando que consigamos continuar o ótimo trabalho que foi realizado pela equipe anterior!

SOBRE A TEMPESTIVIDADE DAS PUBLICAÇÕES

Para que a divulgação tempestiva seja possível, temos contado com um bom corpo de revisores que, afora algumas raras exceções, têm nos ajudado com bons e rápidos pareceres.

É importante salientar, ainda, que o papel dos autores também é muito importante, visto que o não cumprimento do prazo por parte deles também atrasa a nossa decisão de aceitar ou não aceitar um trabalho para publicação, e que a falta de envio de um bom relatório explicando as alterações das sugestões dos revisores pode nos levar a mais um *round* de revisões e, até mesmo, a não aceitação do trabalho para publicação.

Então, prezados autores, aproveitem quando é dada uma segunda chance para a melhoria do seu artigo. Conversem com os revisores e com o editor por meio do relatório de modificações. Essa conversa é muito saudável, onde todos nós podemos aprender, e vocês podem aumentar a chance de publicação de seus trabalhos.

No tocante à divulgação das pesquisas, de modo que as mesmas possam chegar aos seus usuários de forma tempestiva e serem úteis, temos dado muita ênfase à divulgação imediata, na modalidade *ahead of print*[1].

Nesta edição, por exemplo, o prazo mediano para que os autores recebessem o primeiro parecer dos revisores foi de 54 dias, com prazo de reformulação mediano de 34 dias. Para a aceitação dos trabalhos reformulados, o prazo mediano foi de 96 dias, a partir da submissão inicial, e 113 dias para a publicação *online*, na modalidade *ahead of print*.

[1] Quando os artigos são aprovados para publicação, eles são imediatamente encaminhados para edição. Assim que estiverem editados e revisados pelos autores, nós disponibilizamos *online*, antes de sair a nova edição da revista, para que as pessoas possam ter acesso mais rapidamente às pesquisas. Os artigos *ahed of print*, que ainda não têm uma edição definida, ficam disponíveis em nosso site, na aba *"ahead of print"*.

Além de divulgar os artigos em nosso site, temos utilizado a *fanpage* do Facebook para aumentar o alcance dos trabalhos. Aos interessados, peço que curtam e compartilhem a nossa *fanpage*: www.facebook.com/revistarecfin.

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS DO V.5, N.2

O primeiro artigo da edição, de autoria de Samuel de Paiva Naves Mamede, Wilson Toshiro Nakamura, Elaine Aparecida Maruyama Vieira Nakamura, Graciela Dias Coelho Jones e José Renato de Paula Souza Jardim, tem o título de "**Empresas brasileiras estatais e não estatais: uma análise das relações de endividamento**". Os autores analisaram as relações do endividamento das empresas brasileiras estatais e não estatais listadas na BM&FBovespa (agora B3, após a fusão com a CETIP). Os resultados do artigo apontarem que quanto maior o tamanho da empresa, menor é o nível de endividamento; que o endividamento das empresas privadas é menor do que as empresas estatais e que não houve qualquer tipo de constatação e/ou inferência de que a variável concentração de capital pode trazer implicações para a possível relação significativa do endividamento contábil e de mercado nas empresas brasileiras estatais e não estatais.

Dando continuidade ao tema, tratando da estrutura de capital de empresas mineiras, Ewerton Alex Avelar, Joyce Mariella Medeiros Cavalcanti, Helen Rose Pereira e Terence Machado Boina, em "**Determinantes da estrutura de capital: um estudo sobre empresas mineiras de capital fechado**", analisaram as variáveis determinantes da estrutura de capital de empresas mineiras de capital fechado no período de 2011 a 2014. Baseando-se na *tradeoff e pecking order theory*, os autores encontraram que há uma preferência média de capitais de terceiros das empresas analisadas em relação ao capital próprio, sendo o vencimento de curto prazo o mais utilizado, e o comportamento das empresas mineiras de capital fechado semelhante aqueles das empresas de capital aberto.

Por fim, com relação aos artigos sobre endividamento e estrutura de capital, em a "**Influência do excesso de confiança e otimismo no endividamento de organizações cinquentenárias e não cinquentenárias brasileiras**", Thiago Bruno de Jesus Silva, Vanessa Edy Dagnoni Mondini, Tarcísio Pedro da Silva e Luís Antonio Lay analisaram a influência do excesso de confiança e otimismo dos gestores no endividamento de empresas cinquentenárias e não cinquentenárias brasileiras. Evidenciou-se, por exemplo, que as empresas não cinquentenárias apresentaram maior alavancagem contábil e de mercado, demonstrando que os gestores de firmas não cinquentenárias apresentam maior excesso de confiança se comparados aos gestores das organizações cinquentenárias.

Você sabe o que é "isomorfismo mimético"? Entrando agora em um ambiente um pouco diferente daquele abordado nos artigos anteriores, Antônio André Cunha Callado e Tânia Nobre Gonçalves Ferreira Amorim, no artigo "**Competências da função de controller em hotéis de grande porte da região metropolitana do recife**" explicam este conceito e analisam a presença de isomorfismo mimético em competências associadas à função de *controller*, em hotéis de grande porte localizados na Região Metropolitana do Recife, Pernambuco. Os resultados apresentaram evidências significativas de isomorfismo mimético entre os hotéis analisados, pois as competências dos *controllers* são bastante semelhantes nas três categorias analisadas.

No ramo da contabilidade societária, Mariana Ribeiro Pereira, Carolina Moreira Pereira, Marlon Mendes Silva e Laura Edith Taboada Pinheiro trataram de um tema que voltou a ser polêmico nas últimas semanas: *hedge accounting*. Desde 2013 a Petrobras vem aparecendo nos noticiários especializados no mundo corporativo por possíveis problemas relacionados à adoção do *hedge accounting*, prática que foi questionada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em um ofício enviado pela CVM, no dia 03/03/2017, foi determinado que a Petrobras refizesse e reapresentasse os seus números desde 2013. Em resposta, a Petrobras afirmou que faz tudo de acordo com a norma e que nenhum auditor independente apresentou ressalvas quanto aos procedimentos adotados.

Feita esta introdução ao tema, o artigo "**Características econômicas de empresas e uso de hedge accounting: um estudo em empresas do setor de consumo não cíclico listadas no novo mercado da BM&Bovespa**" verificou a existência de associação entre o uso de *hedge accounting*, o fato da companhia estar listada no Novo Mercado e algumas características econômicas das empresas de consumo não cíclico, além de analisar a evolução da divulgação de *hedge accounting* neste mesmo período.

As evidências apontaram para uma relação positiva e significante entre a dívida de longo prazo e a aplicação da contabilidade de hedge. O tamanho da empresa também influencia positivamente na divulgação (*proxy* do uso) de *hedge accounting*. Adicionalmente, pode-se perceber que, no período analisado, o número de empresas que utilizaram e divulgaram o *hedge accounting* cresceu, o que demonstra que as empresas estão, cada vez mais, buscando proteção para seus resultados e evidenciando tal fato ao mercado.

Nesta edição apresentamos mais um artigo de Ciências Atuariais, que trata do "**Processo de ruína finito: um estudo de caso na saúde suplementar no Brasil**", de autoria de Marcelo Coelho de Sá, José Nazareno Maciel Júnior e Luciana Moura Reinaldo. Os autores buscaram aferir a probabilidade de ruína de uma operadora de plano de saúde no horizonte finito de dez anos. Os resultados, após simulações, exibem as probabilidades de insolvência calculadas ao longo dos anos, sendo a chance da operadora ir à bancarrota nos próximos dez anos de 99,28% e 49,68%, respectivamente.

Fechando a seção nacional, temos o artigo "**Educação financeira de servidores públicos: hábitos de consumo, investimento e percepção de risco**", de autoria de Jucyara Gomes da Silva, Odilon Saturnino Silva Neto e Rebeca Cordeiro da Cunha Araújo. O objetivo do trabalho foi relacionar a educação financeira com os hábitos de consumo, investimento e a percepção de risco de servidores públicos. Os autores evidenciaram que os principais itens atribuídos ao atraso no pagamento destas foram a falta de planejamento, a má gestão orçamentária e a facilidade de acesso ao crédito. Os servidores são menos propensos ao risco, apresentando um perfil mais conservador em relação às decisões financeiras; e o nível de educação financeira deles é baixo.

Para finalizar a edição, temos o artigo da seção internacional, que tem Miguel Gonçalves, Miguel Lira e Maria Conceição Marques, ambos Professores da Coimbra Business School, em Portugal. O artigo "**Síntese cronológica sobre a contabilidade pública em Portugal, seu passado, presente e futuro (1222-2016): revisão da literatura**" é uma viagem muito interessante sobre a história da contabilidade pública em Portugal, que faz ainda algumas projeções para o futuro, com comentários relacionados ao Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC−AP), que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

O objetivo do trabalho foi divulgar os principais traços do desenvolvimento da contabilidade pública portuguesa. O artigo apresenta a implicação social de poder ser usado pelos especialistas nas suas exposições sobre o SNC−AP como estimulante introdução histórica acerca do caminho percorrido em Portugal até à sua implementação em 2018.

Com isso, finalizamos o editorial da segunda edição da **RECFin** em 2017 e desejamos uma boa leitura a todos!

LUIZ FELIPE DE ARAÚJO PONTES GIRÃO
Editor Geral

ADRIANA FERNANDES DE VASCONCELOS
Editora Adjunta

DIMAS BARRETO DE QUEIROZ
Editor Adjunto